

35°. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS

**GT 11 – ESTUDOS RURAIS E ETNOLOGIA INDÍGENA: DIÁLOGOS E
INTERSECÇÕES**

**TITULO: TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: APANIEKRÁ E
RAMKOKAMEKRA-CANELA, SERTANEJOS E AGRO-NEGÓCIO NO CENTRO-SUL
MARANHENSE**

AUTOR: ADALBERTO LUIZ RIZZO DE OLIVEIRA - UFMA

CAXAMBÚ / 2011

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as relações entre os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela e segmentos da sociedade brasileira regional, nas últimas duas décadas¹. A pesquisa que subsidia o mesmo tem sido realizada em diferentes momentos, tendo por referência a implantação de programas e projetos de desenvolvimento e seus desdobramentos atuais na Amazônia oriental e na Região Nordeste, cujos reflexos se fazem presentes junto aos povos indígenas e a segmentos regionais localizados no centro-sul maranhense².

Mais especificamente, aborda as recentes transformações econômicas e socioambientais na mesma região associadas ao agro-negócio e a outras modalidades econômicas vinculadas ao *desenvolvimento*, bem como os impactos desse processo junto à organização social e simbólica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

O *desenvolvimento* ‘regional’, ‘comunitário’, ‘étnico’, ‘auto-sustentável’, ‘local’ e outros, é considerado, neste trabalho, como um repertório de discursos e práticas que naturalizam os processos de mudança econômica, sócio-cultural e ambiental contemporâneas inserindo territórios e populações tradicionais na economia de mercado³. Esse ideário deve ser criticamente analisado destacando-se seu potencial transformador das relações interétnicas e de imposição do modelo societário ocidental junto a povos indígenas e às populações regionais.

O presente trabalho é delimitado, ainda, por um campo de relações sociais, o qual denomino *campo indigenista do centro-sul maranhense*, envolvendo grupos indígenas, segmentos de população regional e agentes tutelares e de desenvolvimento, na implementação de políticas e ações indigenistas, relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento nos municípios de Barra do Corda, Fernando Falcão, Grajaú e outros⁴.

¹ Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela à família lingüística Jê-Timbira, e ao tronco lingüístico Macro-Jê. Habitam respectivamente, na Terra Indígena Porquinhos (79.520 há) e Terra Indígena Kanela (125.212 há) formadas por vegetação de cerrado e florestas de transição, nas bacias dos Rios Itapecuru e Mearim, no centro-sul do Estado do Maranhão. As T.I. Kanela e a T. I. Porquinhos foram demarcadas e homologadas nas décadas de 1970-80 e encontram-se em processo de revisão demarcatória, o que poderá levar à ampliação dos perímetros dessas áreas.

² A pesquisa é realizada através do Projeto “Desenvolvimento, Transformações Sócioambientais e Povos Indígenas no Centro-Sul do Maranhão” (2010-2012), o qual conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, através de um Auxílio à Pesquisa.

³ Cf. Escobar 1996 e Sachs 2000, dentre outros.

⁴ Os municípios de Barra do Corda Fernando Falcão, Grajaú e outros, localizam-se na região central do Maranhão, na Microrregião do Grajaú e Alto Mearim (IBGE). A expressão *centro-sul maranhense* é aqui utilizada com referência à área de cerrados e matas ao sul desses municípios, onde se localizam a Terra Indígena Kanela (Ramkokamekra-Canela) e a Terra Indígena Porquinhos (Apaniekrá), núcleos de população *sertaneja* e fazendas de criação, além de empreendimentos vinculados ao agro-negócio. Vide Mapa 01.

As transformações econômicas, sociais e ambientais no centro-sul maranhense, nas últimas décadas, têm desencadeado, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela processos relacionados à sua organização social e política, dentre as quais, o associativismo e a emergência de *movimentos sócio-religioso*.⁵ Esses movimentos e formas de organização respondem, ainda, às ações do Estado, que através de agências tutelares e de desenvolvimento tem sido o principal indutor dessas mudanças junto aos grupos indígenas e à sociedade brasileira nessa região

As políticas e ações tutelares implementadas historicamente pelas administrações colonial e provincial e, no período republicano, pelo SPI e FUNAI⁶, e aquelas voltadas à incorporação econômica e ao “povoamento” dos territórios tradicionalmente ocupados pelos atuais Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, através das frentes de expansão históricas e contemporâneas instituíram o poder colonial sobre os povos indígenas nessa região.

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos timbira no centro-sul maranhense foram envolvidos por uma *situação histórica*⁷ específica, a *situação pastoril*, gerada pelo estabelecimento de relações junto aos agentes da administração colonial e segmentos coloniais e nacionais estabelecidos por essas frentes de expansão, especialmente a frente pastoril tradicional.

Assim, a emergência dos Apaniekrá e dos Ramkokamekra-Canela como grupos étnicos específico deu-se no bojo de um processo de *territorialização*⁸. Pesquisa histórica realizada em trabalho anterior permitiu recompor os momentos iniciais da *territorialização* dos grupos timbira no Maranhão até meados do século XX, da qual emergiram os atuais Ramkokamekra-Canela e outros grupos timbira contemporâneos. (Oliveira, 2002)

As relações entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, os segmentos regionais e os agentes tutelares nas últimas décadas decorrem, ainda, de processos relacionados ao

⁵ Sobre movimentos sócio-religiosos indígenas, vide Brown 1990, Barnabás 1989, dentre outros. Sobre os movimentos messiânicos Canela, vide Crocker (1967) 1976; Carneiro da Cunha (1972) 1986 e Oliveira 2002 e 2006.

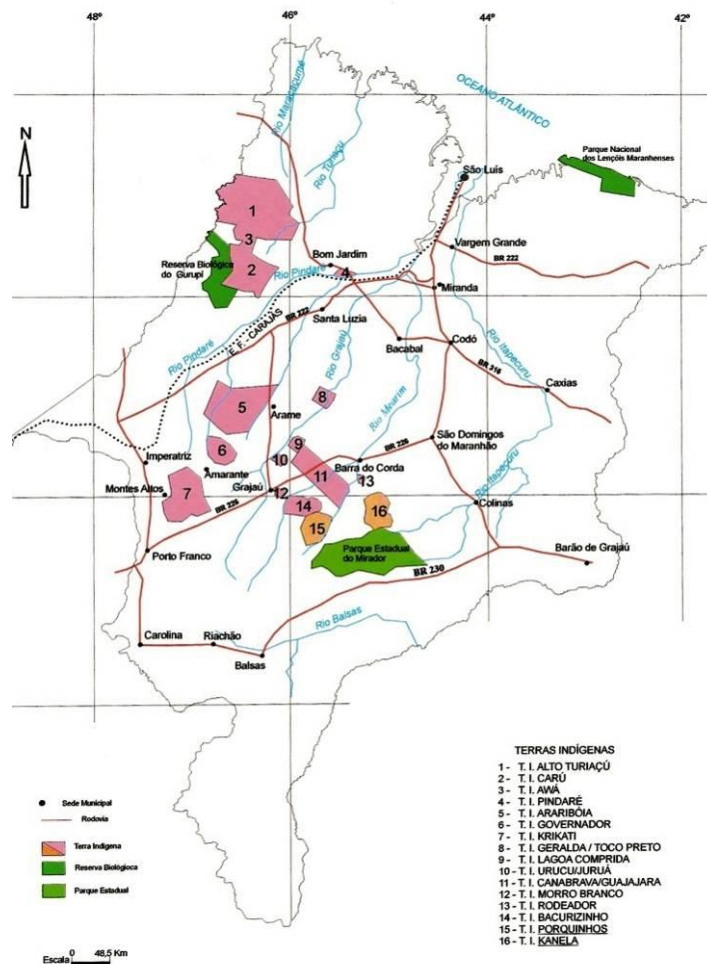
⁶ No período republicano, o Estado brasileiro exerceu o poder tutelar sobre os povos indígenas através de duas agências: o Serviço de Proteção aos Índios – SPI (1910 a 1964) e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI (1967 a 1988). A Constituição Federal de 1988 estabelecendo em novas bases a relação entre povos indígenas e o Estado brasileiro. Cf. Sousa Lima 1995; Gomes, 2002.

⁷ A noção de *situação histórica* considera o potencial das diferentes *agências do contato* (tutelares, desenvolvimentistas, religiosas, de poder local) de produzir em determinados momentos, padrões ou modelos de distribuição de poder e autoridade sobre os agentes sociais, a partir de um conjunto de interdependências e de canais voltados para a resolução de conflitos. Considera, ainda, a elaboração pelo pólo dominante (Estado e sociedade nacional), de ações e representações que traduzem seus próprios interesses junto ao pólo dominado (grupos indígenas), como se fossem gerais. (Oliveira Filho, 1988: 59)

⁸ A *territorialização* refere-se ao processo pelo qual os grupos indígenas foram inseridos na *situação colonial*. Historicamente, a sujeição e a nova relação que esses grupos estabeleceram com o território foram determinadas pela presença colonial. (Oliveira, 1998: 54-55)

desenvolvimento. Esses processos se referem à expansão do Estado e da sociedade nacional pelo centro-sul maranhense, através de seus agentes sociais, instâncias administrativas e agências associadas. Expressam-se, ainda, através de programas e projetos de desenvolvimento regional e local, os quais impactam grupos indígenas e comunidades sertanejas na região.

O *desenvolvimento* no centro-sul maranhense tem sido implementado também pela ação das frentes de expansão contemporâneas, que atuam na Amazônia e Nordeste brasileiros, as quais através de seus movimentos tem alcançado as sociedades e culturas indígenas nessas regiões. Das frentes contemporâneas destaco as *frentes governamentais*, tanto na sua manifestação ‘política-administrativa’, representada pelo órgão tutelar e por outras agências oficiais, como na sua vertente ‘desenvolvimentista’ (Schröder, 2003).



Mapa 01: Estado do Maranhão: Terras Indígenas, Reservas Ambientais, Ferrovias e Rodovias

A *frente desenvolvimentista* abarca uma diversidade de ações e agentes, é representada pelos chamados grandes projetos de desenvolvimento regional implementados na Amazônia a partir da década de 70. No bojo dessa frente destacam-se o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Grande Carajás, o Polonoeste e o Projeto Calha Norte⁹, dentre outros.

Os impactos da *frente desenvolvimentista* sobre as economias indígenas são considerados semelhantes aos das frentes mineradoras industriais¹⁰, que costumam envolver ou atrair agentes de outras frentes econômicas. Um exemplo atual é dado pela devastadora derrubada do cerrado no centro-sul maranhense associada à implantação de fornos de produção de carvão vegetal, cujo destino final são as usinas de ferro-gusa vinculadas ao Projeto Ferro-Carajás. Essa atividade encontra-se, por sua vez, ligada à expansão do agro-negócio, especialmente na abertura de novas áreas de cultivo para a soja na região.

A consolidação de grandes projetos e programas de desenvolvimento regional, como o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Grande Carajás levou a uma intensa transformação econômica e social do centro-sul maranhense, nas últimas décadas. Em relação aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos localizados nessa região, verifica-se que, na atualidade, esses grupos vivem sob o impacto de mais de uma dessas frentes, as quais são pro de profundas transformações econômicas e sociais na região, com a possibilidade de retomada de conflitos intersocietários, então latentes.

Deve-se considerar, ainda, o surgimento de um “mercado de projetos”¹¹ voltado ao *desenvolvimento local* ou *étnico*, o qual tem se constituído como uma atividade crescente na região. Envolvendo diretamente grupos indígenas e regionais, agências governamentais e privadas de fomento, além do próprio indigenismo oficial, esses projetos tem gerado impactos na organização social e econômica desses grupos, induzido a mudança social em sua *totalidade*.

Nas duas últimas décadas, os Apaniekrá e Ramkokamekra foram envolvidos por diferentes modalidades de projetos ligados ao *desenvolvimento*. Inicialmente pelos “projetos de desenvolvimento comunitário” implementados pela FUNAI nas décadas de 70 e 80, vinculados mais tarde aos mega-projetos de desenvolvimento regional – Projeto Ferro-Carajás e Programa

⁹ Esses grandes projetos foram descritos e analisados por antropólogos e outros profissionais em diversas publicações. Vide, dentre outras, CEDI, 1986: 62-79; CEDI, 1991: 87-95; Oliveira, 1990: 11-33.

¹⁰ Categoria na qual se enquadra também o Projeto Ferro-Carajás.

¹¹ Cf. Albert, 2000.

Grande Carajás. Na década seguinte surgiram os projetos de ‘desenvolvimento rural’ – atualmente conhecidos como projetos de ‘combate à pobreza’ - de ‘ajuda humanitária’ e de ‘etnodesenvolvimento’ implementados por agências governamentais e por pesquisadores, a partir de recursos próprios ou de agências internacionais de fomento ao *desenvolvimento*¹².

1. Territorialização e Emergência dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela

O processo pelo qual se estabeleceu a dominação colonial sobre os grupos indígenas formadores dos atuais Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela resultou da ação das frentes de expansão coloniais que ocuparam o território tradicional dos timbira no Maranhão, entre o final do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Essas frentes, de caráter agrícola e pastoril foram impulsionadas pela administração colonial portuguesa e, depois, pelo regime provincial no Maranhão.

Ao avanço das “bandeiras” pelos vales do Itapecuru e Mearim e depois por toda região de cerrados entre o Parnaíba e o Tocantins, então território da maior parte dos grupos timbira seguiu-se a ação da administração colonial no Maranhão levando os *Aponijekran*, *Capiekran*, *Sakamekran*¹³ e outros grupos timbira à sujeição em *aldeamentos* e postos militares da região. Esse processo avançou durante o período provincial com a ação das *diretorias parciais*, resultando no amálgama étnico entre esses e outros grupos timbira também sujeitados.

Como resultado da *territorialização* desses grupos e das relações estabelecidas junto à sociedade emergente e ao poder colonial, os Ramkokamekra-Canela. Essas relações fundaram-se em uma “nova aliança” junto a agentes coloniais¹⁴ baseada no engajamento dos Canela nas expedições voltadas à sujeição de outros grupos timbira, alguns dos quais seriam transferidos para as aldeias “Canela”, sob o controle de diretores parciais e outros agentes coloniais.

Processo semelhante parece ter ocorrido entre os grupos ancestrais dos atuais Apaniekrá-Canela. Documentos do Século XIX referem-se à existência de dois grupos denominados “Canella” – um destes situado e lugar próximo à cabeceira do Rio Alpercatas,

¹² Na década de 1990, foram implantados, entre os Ramkokamekra-Canela, projetos ‘comunitários’, de ‘ajuda humanitária’ e outros, através de pesquisadores estrangeiros e nacionais que desenvolviam pesquisas junto ao grupo. Cf., Oliveira, 2006.

¹³ Capiékran e Sakamekran constituem grupos timbira, tradicionalmente localizados entre os vales dos rios Itapecuru e alto Mearim, cujo amálgama deu origem aos atuais Ramkokamekra-Canela. Existem poucas referências históricas sobre os Aponijekran Cf. Nimuendaju, 1946, Oliveira, 2002.

¹⁴ Uma “aliança” inicial foi estabelecida em 1814, entre os então Capiékran e o “líder” de uma bandeira vinda de Caxias, com vistas a um ataque conjunto contra os então inimigos, os Sakamekran. Cf. Oliveira, 2002.

denominados “Canella do Alpercatas”, uma possível referência ao grupo ancestral dos atuais Apaniekrá. (Oliveira, 2002)

O terceiro momento desse processo se deu a partir do início do século XX, pela ação do SPI¹⁵, através da qual os povos indígenas no Maranhão foram inseridos no *regime tutelar*. Atuando como “mediador” nas relações entre os Apaniekrá e Ramkokamekra e os criadores do sertão pastoril, o SPI mostrou-se, por vezes, incapaz de impedir a eclosão de conflitos, que em alguns casos significaram tentativas de eliminação étnica desses grupos e de apropriação do seu território residual pelos criadores locais. Um clássico exemplo desse processo foi chacina promovida por um criador local contra os Kenkateyê, subgrupo vinculado aos Apaniekrá-Canela, o qual ficou conhecido como “massacre da aldeia Chinella”¹⁶.

A articulação de elementos associados do poder tutelar somado à presença de novos “aliados”, como o próprio Nimuendajú, configurou uma transformação na “aliança” junto aos agentes coloniais estabelecida ainda no século XIX, a qual constituiu a base do que Crocker designa como o “pacto da aculturação” (Crocker, 1976 e 1990).

As décadas de 1940 e 50 foram de redefinição nos termos da “aliança” entre os grupos Canela e o “homem branco” encarnado agora pelo poder tutelar exercido pelo SPI, sobretudo pela figura emblemática de Cândido Rondon, tido como o “pai dos índios”. A morte de Rondon em 1958 impactou especialmente os Ramkokamekra, em função do simbolismo dessa presença, muito próxima do papel atribuído ao “branco” pelo mito de Aukhê¹⁷.

Considero que os conflitos latentes e manifestos, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e os criadores do sertão cordino, extensivos a toda sociedade regional do centro-sul maranhense nesse período, embora sujeitos à mediação do SPI estiveram na base dos processos geradores do “movimento messiânico de 1963” e da reação dos criadores locais a esse movimento.

O avanço das fazendas de criação e dos núcleos regionais sobre os territórios residuais dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela correspondente, então, a cerca de 5% de seus territórios

¹⁵ O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), agência indigenista oficial criada no início do período republicano passou a atuar no centro-sul maranhense a partir de 1913. Cf. Oliveira, 2002.

¹⁶ O processo de territorialização de grupos timbira que deu origem aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela constitui o tema de minha dissertação de mestrado. Vide Oliveira, 2002.

¹⁷ O mito de Aukhê constitui a mais importante referência cosmológica dos grupos timbira sobre a presença do “homem branco” e a condição de desigualdade nas relações interétnicas. Cf. Crocker, 1976; Carneiro da Cunha, 1986.

ancestrais, resultaram na restrição da caça e na destruição das roças indígenas, pelo avanço do gado sertanejo sobre os campos naturais e pela disputa das diminutas áreas de plantio com lavradores do sertão. Levaram, ainda, à intervenção sobre a vida cotidiana dos grupos Canela pela presença constante de sertanejos nas aldeias e pela introdução de bebidas alcoólicas como forma de sujeitar esses grupos (Nimuendaju, 2000).

A presença do SPI, se por um lado representou uma intervenção sobre as regras de vida cotidiana, as práticas cerimoniais, a organização e o processo político dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, sobretudo pela imposição de modelos de chefia subordinados ao poder tutelar, de outro lado significou um obstáculo às pretensões dos criadores em ocupar de vez o território residual desses grupos e às demais estratégias de sujeição colocadas pela *situação pastoril*.

A despeito da vigência de um modelo hierarquizado de relações entre os agentes tutelares e as instituições políticas Canela, o SPI, a partir de meados da década de 30 colocou a perspectiva da demarcação e da proteção oficial do território residual dos Ramkokamekra-Canela, o que constituiu um elemento na afirmação étnica desse grupo e de desafio ao *mandonismo* dos criadores locais. A possibilidade concreta da demarcação desse território seria um dos fatores da ação armada pelos criadores, amparados no argumento do “roubo de gado” praticado pelos Canela durante o movimento messiânico de 1963 (Oliveira, 2006).

Os Apaniekrá-Canela participaram de forma periférica do processo messiânico que emergiu entre os Ramkokamekra, em 1963. Dados recentes levantados em campo apontam que os Apaniekrá participaram individualmente do chamado ‘movimento messiânico Canela de 1963’, deslocando-se de suas aldeias para a Aldeia do Ponto e outras e participando diretamente do processo. Este pode ser um fato notável, especialmente considerando-se que nem os agentes do SPI que atuavam diretamente junto aos Ramkokamekra conheciam o processo em curso, embora constatassem que algo de “anormal” ocorria entre os Ramkokamekra-Canela.

Inspirados em referências mítico-religiosas comuns aos demais grupos *timbira*, os movimentos sócio-religiosos dos Ramkokamekra-Canela constituíram respostas às compulsões advindas do contato. Esses movimentos intrigam, ainda, pela sua persistência. Assim, cerca de duas décadas após a eclosão do “clássico” movimento messiânico Canela de 1963, novos

movimentos e manifestações sócio-religiosas¹⁸ emergiram junto a esse grupo até o final século XX, o que sugere a presença da perspectiva “messiânica” como modelo de compreensão e atuação nas relações interétnicas.

2. A Expansão da Soja pelo Cerrado Maranhense

A partir de meados da década de 1980, acentuaram-se as transformações econômicas no interior da “região-programa” do Projeto Ferro-Carajás (PFC), sobretudo pelas atividades vinculadas ao Programa Grande Carajás (PGC)¹⁹. Na região centro-sul do Estado do Maranhão essas mudanças caracterizaram uma nova frente expansionista caracterizada pelo agro-negócio, realizada através de grandes projetos de agricultura mecanizada voltados principalmente à produção de soja e direcionados, em grande parte, ao mercado externo.

Essa nova frente desenvolvimentista foi dinamizada pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, um eixo ferroviário conectado à Estrada de Ferro Carajás (EFC), que permitiu o aproveitamento do “corredor Carajás” como via de escoamento da produção agro-extrativista e industrial gerada nas regiões Norte, Nordeste e Centroeste intensificando a incorporação das terras de cerrado do sul maranhense, tradicionalmente formadas pôr fazendas de criação extensiva, pela expansão econômica do agro-negócio, especialmente da soja.

Esse processo foi iniciado em meados dos nos anos 70, quando agricultores gaúchos seguidos de catarinenses, paranaenses e, mais recentemente, paulistas, mineiros e goianos passaram a comprar terras na região a preços irrisórios: 30 hectares (há) de terras no Rio Grande do Sul equivaliam a 3 mil há em Balsas. Localizada no trecho inicial da Rodovia Transamazônica (BR-230), que comunicou essas terras com o centroeste e sudeste do Brasil, através da Rodovia Belém-Brasília, e ao Nordeste, através da malha rodoviária implantada nessa década, a região de Balsas ofereceu maior atrativo aos investidores, a partir da implantação do

¹⁸ Estabeleço uma distinção entre *movimentos* e *manifestações* sócio-religiosas, uma vez que nem todas as manifestações do messianismo Canela chegaram a organizar-se em um movimento, com a adesão de parte significativa do grupo em torno de um líder e a execução de um “enredo” próprio a esses movimentos.

¹⁹ A chamada “região programa” do Projeto Ferro-Carajás era formada por um conjunto de atividades industriais, agropecuárias e de serviços, que dariam suporte ao grande Projeto e onde se implementaria o chamado Programa Grande Carajás. Destacam-se a implantação de diversas usinas siderúrgicas e metalúrgicas, e o estímulo ao agro-negócio tendo em vista o acesso facilitado ao Porto de Itaqui (São Luís, MA), através da Estrada de Ferro Carajás, constituindo um novo polo de exportações. CVRD-FUNAI, 1982

PFC, e especialmente do chamado “corredor de exportação”, consolidado mais tarde, com a construção da Ferrovia Norte-Sul e sua conexão com a Ferrovia Carajás (EFC).

As terras do cerrado maranhense, até então consideradas inaproveitáveis para a lavoura, e mesmo para a pecuária semi-extensiva, tornaram-se objeto de interesse de investidores, a partir de novos processos de correção química do solo desenvolvidos pela EMBRAPA, o que tornou essas terras altamente produtivas. Assim, em duas décadas, a produção do cerrado de Balsas transformou o Maranhão no segundo maior produtor de grãos do Nordeste, e o quarto maior produtor de arroz do Brasil.

Com 85 % da soja produzida na região sendo transportada pela então CVRD (atual VALE), através do eixo Ferrovia Norte-Sul – Ferrovia Carajás, e exportada para mercados da Europa e Ásia através do Porto do Itaqui (São Luís), a região de Balsas experimentou em nove anos, um aumento na área plantada de 2215%, e ainda considera-se haver entre 800 e 1 milhão de hectares potencialmente aproveitáveis à agricultura, mais especificamente ao agro-negócio.

Um exemplo dos grandes empreendimentos estabelecidos na região é a empresa paranaense Agrosserra, que detém um domínio de 106 mil há de terras de cerrado, na qual plantou no ano 2000, cerca de 13 mil há de soja colhendo 30 mil toneladas, além 12 mil hectares de cana-de-açúcar. Dados de 2001 apontam um crescimento da área plantada no sul do Maranhão, em cerca de 218 mil há, no sul do Piauí (60 mil há) e no Tocantins (50 mil há), o que reflete um aumento da produção, de 26 mil toneladas (1991-92) para mais de 700 mil toneladas em 2000-2001.

O estabelecimento de grandes empresas compradoras como a Cargill (Monsanto), a Ceval (Bünge) e outras na região de Balsas contribuiu para o surgimento de mega-empresamentos, como a Agrosserra e induziu ao grande crescimento da produção local. Essas multinacionais passaram a determinar o preço de compra da soja a partir das oscilações da Bolsa de Chicago subvalorizando a produção local e monopolizaram o mercado regional, através de financiamentos aos produtores e da compra antecipada da produção – a “soja verde” - mantendo-os atrelados e determinando o preço de comercialização. Essas empresas, pôr sua vez, atribuem à CVRD os baixos preços pagos aos produtores, em função dos constantes reajustes nas tarifas de transporte da soja, pela EFC, segundo a variação do dólar²⁰.

²⁰ Vide Revista Agroanalysis (FGV), Vol. 21, no 11, novembro de 2001.

Esses problemas não tem, entretanto, impedido o crescimento constante e acentuado das lavouras de soja e de outras espécies do agro-negócio, como a cana-de-açúcar, o algodão e outros, na região de Balsas, nem sua expansão para um raio cada vez mais amplo. O que em certa perspectiva é atribuído ao “dinamismo dos produtores”, também deve ser associado à dinâmica agrária em uma região mais ampla, que envolve não apenas o sul mas também o centro e leste maranhense, além dos citados norte do Tocantins e sul do Piauí.

Desde os anos de 1990, tem ocorrido um avanço das lavouras mecanizadas pelas terras de cerrado situadas no entorno de áreas de conservação ambiental e de terras indígenas no centro-sul maranhense, incorporando ao agro-negócio um grande contingente de “terras devolutas” da União e do Estado do Maranhão, as quais em sua maioria constituem ocupações históricas de comunidades sertanejas desprovidas de títulos de propriedade. Essa incorporação tem se dado, em grande parte, através da “aquisição” de pequenas posses familiares sobre as quais muitas vezes ocorre a “grilagem” de áreas muito maiores constituindo, assim, novos latifúndios empresariais, que rapidamente transformam-se em extensos campos de cultivo de soja.

Esse processo tem ocorrido de maneira crescente nas últimas décadas, em toda região sul do Maranhão, e desloca-se, agora, pôr municípios da região central do Estado, até então fora dos limites da expansão das grandes lavouras de soja. Já em 1994 e 95 denúncias de “grilagem” e ocupação violenta das terras de cerrado ao sul do município de Barra do Corda, por um “projeto de soja” implementado por uma grande empresa do sul do País teria gerado conflitos entre antigos moradores sertanejos e agentes dessa expansão fraudulenta²¹. Em muitos casos, esse processo é “apressado” através de ameaças e do uso da força como recurso para a desocupação da terra.

Recentemente, essa frente expansionista da soja estendeu-se pôr vários municípios do centro-sul maranhense, como Grajaú, Fortaleza dos Nogueira e outros, tendo chegado até Barra do Corda, onde alguns “projetos experimentais” tem sido desenvolvidos ao longo da BR-226, e mesmo na região de *sertão*, ao sul desse município. A articulação entre empresários vinculados à soja e outras modalidades do agro-negócio com *carvoarias* nessa região gerou uma relação de mutualidade, onde “na base da troca” são realizados desmatamentos nas terras recém-adquiridas,

²¹ A Batavo, grande empresa de laticínios do Paraná pretendia implantar um grande “projeto” de soja, em plena Serra das Alpercatas, em terras habitadas há várias gerações, por famílias sertanejas.

imediatamente aproveitados na produção de carvão destinado às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e ao PGC. Em 2005, este pesquisador teve a oportunidade de verificar *in loco*, um grande empreendimento de soja que se estabeleceu ao sul do município de Fernando Falcão, em terras situadas no entorno da Terra Indígena Porquinhos, habitada pelos Apaniekrá-Canela.

Esses novos latifúndios empresariais tem transformado radicalmente a paisagem e a vida social e econômica do *sertão* no centro-sul maranhense, com acentuados impactos às populações indígenas e regionais. Através de técnicas eficientes de desmatamento, com o uso de tratores e “correntões”, a vegetação milenar do cerrado é rapidamente derrubada dando lugar aos agrotóxicos e corretivos químicos do solo, voltados à adequação do terreno para a produção de soja e outras culturas. Em poucas semanas, áreas enormes do cerrado exploradas historicamente de maneira sustentável por grupos indígenas e populações sertanejas dão lugar ao “vermelhão” da terra desnudada. Riachos e outras referências geográficas são aterrados e/ou poluídos pelos agrotóxicos dando lugar a uma grande planície, sobre a qual são depositadas toneladas de fertilizantes e outros corretivos para o preparo das futuras “lavouras”.

Além dos impactos ambientais causados pela transformação repentina e radical do cerrado onde coabitavam índios e sertanejos, pela perda da cobertura vegetal e a alteração nas condições de uso desses territórios, um conjunto de mudanças econômicas e sociais se estabelece a “toque de caixa”, com a presença cada vez mais constante de funcionários dessas empresas, de grandes carretas transportando insumos e a produção, além da expulsão de grande contingente de sertanejos para as periferias das sedes municipais, sem as condições de dignidade que anteriormente desfrutavam.

O Estado, tanto a nível federal, como estadual e municipal tem se mostrado incapaz, quando não conivente com esse processo de ocupação predatória do cerrado do centro-sul maranhense. As denúncias encaminhadas aos órgãos vinculados à preservação ambiental, como o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente, mesmo quando apuradas, não tem sido coibidas, nem tampouco punidos os responsáveis, o que faz dessas áreas “terra de ninguém”, onde os agentes dessa expansão predatória, especialmente sua vertente vinculada à ‘grilagem’ de terras e ao banditismo atuam com total impunidade ameaçando moradores, destruindo vastas extensões do cerrado e atentando contra os representantes locais.

3. Revisões Demarcatórias e Conflitos Interétnicos

Tendo em vista essa rápida expansão das fronteiras do agro-negócio pelo centro-sul maranhense, bem como as conseqüentes transformações econômicas, sociais e ambientais, já se fazem sentir os impactos dessa ocupação predatória junto às populações indígenas da região, especialmente aquelas localizadas em áreas de cerrado. Diante desse processo, a FUNAI desencadeou um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, localizadas no atual município de Fernando Falcão.

A revisão demarcatória teria pôr objetivo uma possível ampliação física dessas unidades territoriais tendo em vista o crescimento demográfico dessas populações, as limitações ambientais desses territórios e a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes do avanço dessa frente econômica impulsionada, desde os anos 80 pelo PFC e pelo PGC, através da expansão do agro-negócio e de outras mudanças em curso na economia e na sociedade regionais.

Esse processo deve ser considerado em relação à dinâmica das relações interétnicas centroeste maranhense como um todo, e no ‘sertão cordino’²² em especial, a partir de uma perspectiva histórica e processual. Em termos gerais, as relações interétnicas entre os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela, o Estado e a sociedade regional tem se caracterizado por diferentes formas de ocupação do espaço ambiental, reflexo de ordens sociais e econômicas contraditórias resultando em elaborações específicas sobre as respectivas territorialidades, entre esses povos indígenas e os segmentos regionais.

Até meados do século XX, essa contradição se pautava fundamentalmente nos diferentes modos de uso do território entre índios e criadores do ‘sertão cordino’, decorrente da dominação colonial dos timbira, na qual os Ramkokamekra e Apaniekrá foram comprimidos em pequenas porções de seu território tradicional, que nos tempos iniciais do contato eram limitados a nordeste pelo alto curso dos rios Alpercatas e Itapecuru, ao sul e sudeste pela Serra das Alpercatas e a sudoeste e noroeste pelo alto Mearim e pelo Rio Corda.

Os conflitos entre os Ramkokamekra e Apaniekrá e os criadores que se estabeleceram em seu antigo território, como no caso de outros grupos timbira tornaram-se freqüentes, em função da matança pelos índios, do gado dos criadores resultante do afugentamento da caça nos

²² Designo como ‘sertão cordino’ a região de cerrados e matas de transição situadas ao sul do antigo limite do município de Barra do Corda, hoje, em parte vinculada ao município de Fernando Falcão.

territórios ocupados pela pecuária extensiva, e do crescimento da população regional . A situação de *fricção* entre esses grupos timbira, tradicionalmente caçadores e coletores, e a sociedade regional pastoril que se estabelecia gerou conflitos, dos quais os mais conhecidos foram o citado “massacre da Aldeia Chinela”, (1913), e a repressão ao “movimento messiânico Canela”, em 1963 (Oliveira, 2002).

As Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, situadas entre o cerrado e as matas de transição estão localizadas ao sul do atual Município de Fernando Falcão, criado em 1995, com a divisão do antigo município de Barra do Corda. A primeira localiza-se a cerca de 70 quilômetros da sede de Barra do Corda, e a cerca de 6 quilômetros da sede municipal de Fernando Falcão, implantada junto a um antigo núcleo sertanejo denominado Jenipapo dos Resplandes. Possui um perímetro de 125.212 hectares e seu processo demarcatório foi concluído em 1983.

A Terra Indígena Porquinhos, com 79.520 hectares situa-se a oeste da primeira, e a cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Barra do Corda. Esses territórios, demarcados e regularizados desde o início dos anos 80 são formados, em sua maioria, por terrenos arenosos cobertos pelo cerrado, e em menor parte, por matas de galeria que acompanham os riachos existentes nessas áreas. A T. I. Porquinhos é cortada, ainda, pelo rio Corda em seu alto curso, e possui maiores recursos florestais do que a T.I. Kanela correspondendo, entretanto a dois terços do seu perímetro.

O crescimento demográfico acentuado dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nas últimas décadas, constitui um fator a ser considerado na perspectiva de ampliação dessas unidades territoriais indígenas. Apresentando um aumento significativo em seus respectivos quadros demográficos, com a duplicação de suas populações a cada 20 anos²³, esses grupos étnicos, tendo em vista ainda, a restrita produtividade agrícola do solo de cerrado onde habitam, basicamente arenoso, demandam uma ampliação das áreas potencialmente agrícolas, onde possam desenvolver sua economia baseada em roças cultivadas pelas famílias extensas, e na caça e coleta, hoje bastante restritas²⁴.

Embora o entorno das atuais Terras Indígenas Kanela e Porquinhos seja formado, em sua maior parte, por terras devolutas da União e do Estado do Maranhão e por uma unidade de

²³ Censos realizados pela FUNAI e pesquisadores apontam uma variação de 600 para 1262 Ramkokamekra, entre 1979 e 2000, e de 225 para 458 Apaniekrá, no mesmo período. Cf. ISA, 2001.

²⁴ Dados de meados da década passada apontam as populações Ramkokamekra e Apaniekrá respectivamente, em 1698 e 670 indivíduos. Cf. CIMI, setembro de 2004.

conservação ambiental – o Parque Estadual do Mirador, essas terras foram historicamente ocupadas por agentes da frente pastoril tradicional, e hoje constituem uma série de “propriedades”, em sua maior parte não tituladas, mas historicamente consolidadas. Famílias de pequenos criadores e agricultores de subsistência habitam essas terras há várias gerações, as quais exploram de forma pouco predatória.

Sobre essas “pequenas propriedades” não tituladas é que tem avançado o processo de compra e “grilagem” de terras nessa região, o qual tem levado à transformação do sertão cordino, e em especial, das terras do entorno à Terra Indígena Kanela e à T. I. Porquinhos, em grandes empreendimentos do agro-negócio, especialmente voltados à produção de soja. Diante da possibilidade de vir a “perder” as terras que ocupam há várias gerações, em decorrência da possível ampliação dessas terras indígenas, famílias de ‘sertanejos’ tem vendido suas “benfeitorias” a corretores de terra que atuam no sertão cordino, os quais as ampliam através da “grilagem” de terras públicas negociando-as, posteriormente, a empresários rurais do sudeste, sul e centroeste do Brasil.

A proximidade de grandes vias de escoamento da produção, como a MA-006 (Grajáu-Balsas), a BR-230 (Transamazônica), que dá acesso à Ferrovia Norte-Sul, e a BR-226 (Timon-Porto Franco), que facilitam o acesso rodoviário e ferroviário ao Porto do Itaquí, em São Luís, constitui um grande estímulo à esses empreendimentos. De outro lado, políticas de incentivo ao agro-negócio tem possibilitado o incremento desses projetos através de financiamentos governamentais, via PRONAF, FINOR, BNDS, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, o que tem levado à rápida expansão dos campos de soja, de cana-de-açúcar e de outras culturas agrícolas pelo cerrado do Brasil Central como um todo, e pelo cerrado maranhense em especial.

Os impactos da expansão do agro-negócio pelo centro-sul maranhense, tendo em vista a continuidade étnica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, ainda encontram-se em estágio inicial. A substituição de seus tradicionais vizinhos sertanejos pôr empreendedores da soja começa a se vislumbrar, em terras consideradas “devolutas”, as quais estariam potencialmente incluídas numa possível revisão demarcatória dessas terras indígenas. Ainda que futuramente anexadas, essas terras terão perdido a cobertura vegetal do cerrado e estarão sob a ação de fertilizantes e agro-tóxicos, que possivelmente terão atingido os riachos e rios que banham essas reservas, como é o caso do próprio rio Corda.

A situação atualmente vivida por outros grupos timbira do cerrado, como os Krahô e Apinayé, no norte do Estado do Tocantins, cujas terras no entorno de seus territórios já se encontram em avançada etapa de ocupação pela expansão dos agro-negócio é sintomática do que pode ocorrer em relação aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, num período de médio prazo. De uma relação histórica mantida com criadores extensivos engendrados pela frente pastoril tradicional, os Krahô e Apinayé se encontram, agora, cercados pelas lavouras de soja e outras, que ao longo da última década tem se estabelecido no cerrado tocantino.

As consequências dessa presença tem sido a contaminação dos cursos d'água que banham as reservas indígenas pôr agrotóxicos comprometendo a qualidade da água que abastece essas comunidades, em decorrência do avanço das lavouras de soja até as margens desses rios e riachos. Segundo as lideranças indígenas e agentes tutelares e de organizações não-governamentais que atuam na região, as lavouras de soja estão cercando as terras indígenas e os núcleos sertanejos, os quais são atingidos, inclusive, pôr defensivos agrícolas lançados a partir de aviões.

A despeito das denúncias feitas pelos próprios índios e pôr ONGs, os órgãos federais e estaduais responsáveis pela fiscalização se omitem e atribuem a responsabilidade aos seus congêneres, enquanto crianças e adultos tem morrido em decorrência do envenenamento das terras e das águas. O Governo Federal, responsável pela defesa dos direitos indígenas e pelo respeito à legislação ambiental se mostra incapaz ou indiferente às denúncias, tendo em vista os altos lucros advindos da exportação da soja e outros produtos extraídos do cerrado.²⁵

Finalmente, cabe apontar que, a partir de observações bastante recentes, constatamos que a T. I. Kanela e a T. I. Porquinhos constituem, atualmente, objeto de invasões temporárias e pendulares, por diferentes agentes. Práticas, até então esporádicas, como o roubo de madeiras, invasões por caçadores e mesmo a implantação de roças dentro dos territórios indígenas demarcados tendem a se intensificar e a tornar-se práticas corriqueiras, colocando em risco a própria definição de “terra indígena”.

Nesse sentido foram relatados pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela a presença de caminhões de carregamento de toras de madeira, bem como marcas da presença de derrubadas de cerrado e produção de carvão dentro das terras indígenas citadas. Constatamos, ainda, que diante do início da implementação dos procedimentos demarcatórios da Terra Indígena Porquinhos, os

²⁵ Cf. www.folhaonline.uol.br, acesso em 18/03/2005.

agentes responsáveis por essa atividade foram constrangidos e impedidos de dar continuidade aos trabalhos de demarcação, ao mesmo tempo em que se intensifica a ocupação do território a ser demarcado por não-índios introduzidos com apoio de prefeitos e outros representantes regionais.

CONCLUSÃO

As transformações econômicas e sociais desencadeadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas implementados a partir do final dos anos 70 e início dos 80, e em especial o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Carajás e seu amplo espectro de atividades tem gerado, nesse novo milênio, consequências desastrosas aos povos indígenas e às comunidades regionais, que tradicionalmente habitam a região de cerrados da Amazônia oriental, e em especial no centro-sul maranhense.

Um fator a ser considerado é que esses projetos e programas desenvolvimentistas têm beneficiado em grande parte, aos países do chamado Primeiro Mundo, financiadores desses empreendimentos, para onde são dirigidos os recursos minerais, industriais e agropecuários produzidos por esses mega-empresendimentos. Ao eleger a Amazônia oriental, quase em sua totalidade, à condição de “região-programa”, estava-se decretando a radical transformação de uma vasta região florestal e de cerrados em recursos naturais às sociedades industriais do Primeiro Mundo.

Esses mega-projetos e programas desenvolvimentistas, ao acelerar o processo de ocupação do cerrado por empreendimentos vinculados ao agro-negócio induzem à transformação ambiental e econômica de uma região de tradicional ocupação pastoril, onde vigorava uma situação de contato intersocietário relativamente estabilizada entre índios e sertajenos, com consequências devastadoras aos povos indígenas e populações regionais.

As ações voltadas ao desenvolvimento regional desencadeadas pelos governos federal e estadual vem somar-se aos grandes projetos e programas desenvolvimentistas, como o PFC e o PGC, na transformação social e econômica do centro-sul maranhense. Nesse sentido, o desmembramento e a criação de novos municípios, a definição de programas voltados à implementação de obras de infra-estrutura – estradas vicinais, redes de energia elétrica, telefonia e outras – especialmente naqueles municípios considerados de menor Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), caso de Fernando Falcão, servem como atrativo ao deslocamento populacional e à ocupação das terras “devolutas” em um ritmo mais acelerado em relação ao que até então ocorria.

A inserção dos povos indígenas em programas voltados ao *desenvolvimento* de pequenas comunidades rurais, como o “Comunidade Viva”, o “Programa de Combate à Pobreza Rural” (PCPR) e o “Programa de Desenvolvimento Integrado do Maranhão” (PRODIM) implementados pelo Governo do Estado do Maranhão em “parceria” com o Banco Mundial (BIRD) constitui uma outra dimensão das políticas desenvolvimentistas implementadas na região, com impactos diretos junto a esses povos. Nos últimos 5 anos, os Apaniekra e os Ramkokmekra-Canela foram “beneficiados” com recursos oriundos desses programas, através dos quais foram implementadas a eletrificação da Aldeia Escalvado e da Aldeia Porquinhos, adquiridos tratores e implementos agrícolas voltados à “modernização” do trabalho agrícola.

Outro “benefício” do *desenvolvimento* estabelecido junto a esses grupos timbira, foi a instalação de “telefonado comunitário” nas Aldeias Escalvado e Porquinhos, o que permitiu a comunicação com outras cidades do Brasil, e inclusive o acesso à rede mundial de computadores (internet), a partir da sede do posto indígena.

Como recurso estratégico à administração indigenista foi instalado, ainda, um telefone vinculado ao Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), o qual é operado apenas por servidores da FUNAI²⁶.

De outro lado, através de um programa financiado por agências multilaterais, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) realizou a perfuração de poços artesianos nas Aldeias Escalvado e Porquinhos e implementou um sistema de distribuição de água encanada às residências dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, as quais foram também “beneficiadas” por um sistema de fossas sépticas.

Dessa maneira, as ações e políticas vinculadas ao *desenvolvimento*, seja através dos grandes projetos e programas desenvolvimentistas gerados no período militar, ou através de programas voltados às “comunidades carentes” revelam ter em comum a obsessão pela mudança social, pela transformação dos grupos étnicos e regionais tornando-os à imagem e semelhança do Primeiro Mundo, ainda que numa imagem tosca e deformada. Como apontam diversos autores, o

²⁶ Atualmente, esse sistema de comunicação, bastante eficaz considerando-se o relativo isolamento das terras indígenas, encontra-se desativado, assim como foram desativados os postos indígenas, como resultado da última reforma administrativa realizada pela FUNAI, quando foram extintos os cargos de chefe de posto indígena, facilitando a ação dos interesses anti-indígenas na região.

desenvolvimento constitui um conjunto de práticas e uma ideologia que emana do mundo ocidental para os povos do chamado “Terceiro Mundo” com objetivos precisos (Sachs, 2000).

Da perspectiva da ordem econômica mundial, o *desenvolvimento* visa inserir as populações e recursos naturais na dinâmica das relações capitalistas, constituindo um manancial de recursos minerais, agro-extrativistas e industriais à disposição do capital mundializado. Do ponto de vista ideológico constitui um discurso que visa restabelecer a clássica dicotomia através da qual o Ocidente concebe outros povos e tradições civilizatórias, ao longo de sua história. (Escobar, 1996).

Assim, os “pagãos” e “bárbaros”, assim como os “selvagens” e “primitivos” do passado, dão lugar aos atuais povos “subdesenvolvidos”, a cuja reparação o Ocidente atribui sua missão civilizatória. Satisfaz-se, assim, duas demandas: a inclusão das vastas áreas e recursos naturais do “Terceiro Mundo” na dinâmica das relações capitalistas e a “salvação” de suas populações pela ideologia e práticas do *desenvolvimento*.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce. Na Amazônia Brasileira: Entre a Nova Constituição e o “Mercado de Projetos”. In: www.sociambiental.org.br/ISA.htm. Acesso em 06/10/03.

BARABAS, Alicia. *Utopias Indias. Movimentos Sociorreligiosos em Mexico*. Editorial Grialbo S.A., México, 1989.

BROWN, Michael. “Beyond Resistance; A Comparative Study of Utopian Renewal in Amazônia”. In: *Ethnohistory*, 38:4, pp. 389-413, 1991.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Antropologia do Brasil. Mito, História, Etnicidade*. São Paulo, Brasiliense-EDUSP, 1986.

CEDI. *Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 85 / 86*. São Paulo, 1986.

_____. *Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987 / 88 / 89 / 90*. São Paulo, 1991.

CROCKER, William. “O Movimento Messiânico Canela. Uma introdução” (1967). In: Shaden, E. *Leituras de Etnologia Indígena*. São Paulo, C.E.N., 1976.

_____. *The Canela (Eastern Timbira). I. An Ethnographic Introduction*.

- Washington, Smithsonian Contributions to Anthropology, no. 33, 1990.
- CIMI. Situação jurídico-administrativa atual das terras indígenas no Brasil (24/09/2004). www.pgr.mpf.gov.br/6, camaras-terrasindigenas/ma. Acessado em 15/03/2005.
- CVRD-FUNAI. *Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas*. Rio de Janeiro – Brasília, 1982.
- ESCOBAR, Arturo. *La Invención del Tercero Mundo. Construcción y Desconstrucción del Desarrollo*. Bogotá. Editorial Norma, 1996.
- FOLHA ONLINE. Índios denunciam contaminação de rios pôr agrotóxico. www.folha.uol.br/brasil, 18/03/2005. Acessado em 19/03/2005.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Agroanalysis*. Revista de Negócios da FGV / Instituto Brasileiro de Economia. Rio de Janeiro, Vol. 21, no. 11, novembro de 2001 ISA. *Povos Indígenas no Brasil. Enciclopedia. Canela*.
- GOMES, Mercio P. *O Índio na História. O Povo Tenetehara em Busca da Liberdade*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- ISA. Instituto Sócioambiental. www.socioambiental.org/pib/ept/canela – Acesso em 15/03/2005.
- LIMA, Antonio C. de S. *Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- NIMUENDAJU, Curt. *The Estearn Timbira*. University of Califórnia Press, Berkeley and Los Angeles, 1946.
- _____ *Cartas do Sertão. De Curt Nimuendaju para Carlos Estevão de Oliveira*. Apresentação e Notas de Tekla Hartman. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2000.
- OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. *Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 2002.
- _____ “Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão”. In: *Revista Antropológicas*, vol. 15, no. 2, UFPE-CFCH, Recife, 2005, pp. 135-169.

-
- Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento*. Tese de Doutorado. São Luís, UFMA-PGPP, 2006.
- OLIVEIRA FILHO, J. P de. *O Nosso Governo. Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo / Marco Zero – Brasília / CNPq, 1988.
- OLIVEIRA, João P. de (Org) *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.
-
- Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- SACHS, Wolfgang (Org). *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 2000
- SCHRÖDER, Peter. *Economia Indígena. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal*. Recife, Ed UFPE, 2003